

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG002286/2015
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/06/2015
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR029711/2015
NÚMERO DO PROCESSO: 46249.001782/2015-87
DATA DO PROTOCOLO: 28/05/2015

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SECI SIND. DOS EMPREGADOS COM. ATAC. VAREJ. ARM. TUR. HOS.AG. AUT. CART. IPATINGA, CNPJ n. 20.184.669/0001-98, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). GERALDO LUCIO DE OLIVEIRA;

E

SINDCOMERCIO - SINDICATO DO COMERCIO DO VALE DO ACO , CNPJ n. 38.517.512/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE MARIA FACUNDES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2015 a 30 de setembro de 2015 e a data-base da categoria em 01º de outubro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregados no comércio da cidade de Ipatinga-MG, base dos sindicatos signatários desta convenção, independente da função exercida neste, dentre outras: vendedores internos e externos, caixa e digitadores, estoquista e faxineiros, atendentes e balconistas, contínuos e auxiliares de serviços gerais, gerentes e telefonistas, funcionários de cooperativas de consumo, ou quaisquer outras onde rezem no contrato social serem ligados ao comércio e o princípio da atividade preponderante, com abrangência territorial em Ipatinga/MG.**

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TERCEIRA - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NOS FERIADOS

Fica permitido aos estabelecimentos comerciais de **supermercados, açougues, casas de carnes, mercearias, varejões, sacolões, hortifrutis na cidade de Ipatinga** o funcionamento e a utilização da mão de obra dos empregados nos feriados dos dias **04 de junho de 2015 (Corpus Christi), 15 de agosto de 2015 (Assunção de Nossa Senhora) e 07 de setembro de 2015 (Independência do Brasil)**, no horário de 08 (oito) às 18 (dezoito) horas.

Parágrafo Primeiro – As empresas só poderão utilizar da mão de obra de um mesmo empregado em 02 (dois) dos 03 (três) feriados acordados, devendo protocolar a escala de trabalho no sindicato laboral até 03 (três) dias antes de cada feriado.

Parágrafo Segundo – Fica mantido o impedimento legal para a utilização da mão de obra dos empregados em todos os feriados para os demais estabelecimentos comerciais, inclusive os locados em Shopping e nos centros comerciais, no município de Ipatinga/MG, conforme estipula a Lei 11.603/2007.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho máxima permitida a cada empregado nos dias de feriados será de 08 (oito) horas, respeitando em todos os casos, as turmas e turnos de trabalho, sendo vedada toda e qualquer prorrogação.

Parágrafo Único – Fica expressamente proibido a utilização de mão de obra do empregado, quando o descanso semanal remunerado deste coincidir com o dia de feriado.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUINTA - REMUNERAÇÃO

Pela utilização da mão de obra do empregado nos feriados previstos neste instrumento, as empresas pagarão o valor equivalente às horas trabalhadas descritas abaixo ou a garantia mínima de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), prevalecendo a de maior valor:

10% (dez por cento) do salário mensal do empregado, para o que trabalhar 7:01 (sete horas e um minuto) a 8 (oito) horas diárias;

09% (nove por cento) do salário mensal do empregado, para o que trabalhar 6:01 (seis horas e um minuto) a 7 (sete) horas diárias;

08% (oito por cento) do salário mensal do empregado, para o que trabalhar 5:01 (cinco horas e um minuto) a 6 (seis) horas diárias;

07% (sete por cento) do salário mensal do empregado, para o que trabalhar 4:01 (quatro horas e um minuto) a 5 (cinco) horas diárias;

06% (seis por cento) do salário mensal do empregado, para o que trabalhar 3:01 (três horas e um minuto) a 4 (quatro) horas diárias;

Parágrafo Primeiro – As empresas não poderão utilizar-se de mão de obra em período de horas, inferior ou superior, das que foram descritas acima.

Parágrafo Segundo – Em todos os horários descritos acima, ocorrerá tolerância máxima de 15 minutos por dia.

Parágrafo Terceiro – As horas trabalhadas nos feriados, não poderão ser compensadas com folga.

Parágrafo Quarto – A remuneração das horas trabalhadas nos dias de feriados serão pagas junto com a remuneração do mês em que ocorreu o feriado. A remuneração deve ser especificada no contracheque em título separado, para a devida comprovação do seu montante.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA SEXTA - INTERVALO

O empregado que efetivamente trabalhar nos dias de feriados estabelecidos neste instrumento, receberá gratuitamente, nesses dias, da empresa, uma **refeição** para trabalhar um período de 6:15 (seis horas e quinze minutos) a 8 (oito) horas, com intervalo de no mínimo 01 (uma) hora e no máximo 02 (duas) horas e um **lanche** para trabalhar um período de 4:15 (quatro horas e quinze minutos) a 06 (seis) horas, com intervalo de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo Único – A alimentação referida no “caput” desta cláusula, tem caráter indenizatório, não

integrando o salário para nenhum efeito, conforme Orientação Jurisprudencial n. 123 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA SÉTIMA - VALE-TRANSPORTE

O empregado que trabalhar nos dias de feriados estabelecidos nesta Convenção receberá do empregador **Vale Transporte** casa - trabalho - casa, sem ônus.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA OITAVA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

A empresa que descumprir o presente instrumento pagará multa no valor referente a 01 (um) piso salarial vigente da categoria por cada cláusula desrespeitada. O valor da multa será revertido para o empregado prejudicado.

Parágrafo Primeiro – O descumprimento de qualquer cláusula desta Convenção, poderá a qualquer momento ser cobrado judicialmente.

Parágrafo Segundo – O pagamento das penalidades não exime o cumprimento deste instrumento.

Outras Disposições

CLÁUSULA NONA - REGISTRO

Para que produza os seus legais e jurídicos efeitos, a presente convenção coletiva será lavrada em 03 (três) vias, de igual teor sendo levada a registro junto a Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Ipatinga, Minas Gerais.

GERALDO LUCIO DE OLIVEIRA

Membro de Diretoria Colegiada

SECI SIND. DOS EMPREGADOS COM. ATAC. VAREJ. ARM. TUR. HOS.AG. AUT. CART.
IPATINGA

JOSE MARIA FACUNDES

Presidente

SINDCOMERCIO - SINDICATO DO COMERCIO DO VALE DO ACO